**SÍNTESE DO ACÓRDÃO TCU nº 1761/2018 – R14**

**(1º, 2º E 3º ESTÁGIOS DA IN TCU 27/98)**

**VOTO**

 Conforme consignado no Relatório precedente, este processo de desestatização cuida do acompanhamento da 14ª Rodada de Licitações para a outorga de contratos de concessão para atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

2. No âmbito desta Corte de Contas, a matéria encontrava-se disciplinada pela Instrução Normativa TCU 27/1998, que dispunha sobre o acompanhamento concomitante dos processos de outorga de concessão de serviços públicos, realizado em quatro estágios, por meio de análise da documentação remetida pelo Poder Concedente. A rigor, a exploração e a produção de petróleo e gás natural não configuram serviços públicos abrangidos pelo art. 175 da Constituição Federal. No entanto, a sistemática de acompanhamento de desestatizações normatizada pela IN-TCU 27/1998 vinha sendo aplicada a essa atividade econômica desde a realização da 1ª Rodada de Licitações no regime de concessão, ocorrida em 1999, sobre a qual foram proferidas as Decisões 351/1999-TCU-Plenário e 493/1999-TCU-Plenário (rel. Ministro Adhemar Paladini Ghisi). Portanto, há cerca de duas décadas consolidou-se a pacífica jurisprudência desta Corte de Contas quanto à plena aplicabilidade do citado normativo como disciplina para a fiscalização exercida sobre concessões de blocos de petróleo e contratos de partilha.

3. Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 15 da IN-TCU 81/2018, manter-se-á a sistemática da IN-TCU 27/1998 ao processo ora em exame.

4. Aprecia-se, nessa oportunidade, o primeiro, segundo e terceiro estágios de desestatização, que englobam, respectivamente, os estudos de viabilidade técnica e econômica utilizados na modelagem e na precificação dos blocos a serem outorgados, o edital e a minuta de contrato, e os procedimentos afetos à habilitação e ao julgamento das propostas.

5. Considero que o exame dos elementos do processo foi adequadamente realizado pela Unidade Técnica, podendo ser acolhido como minhas próprias razões de decidir, sem prejuízo das considerações que passo a tecer.

6. A 14ª Rodada de Licitações abrangeu 287 blocos, distribuídos em nove bacias sedimentares: Parnaíba, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas, Espírito Santo, Paraná, Santos, Pelotas e Campos.

7. Conforme ressaltado pela unidade instrutiva, adotou-se como critério de julgamento da licitação a ponderação entre bônus de assinatura, com peso de 80%, e de programa exploratório mínimo, com peso de 20%. Ademais, o conteúdo local não mais compõe essa cesta, ao contrário do que fora praticado em rodadas anteriores, sendo agora uma exigência contratual em percentuais globais previamente fixados, de acordo com os níveis de exigência estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. Como bem enfatizado pela SeinfraPetróleo, os ajustes promovidos na sistemática de conteúdo local, refletidos em novas cláusulas contratuais, vão ao encontro dos apontamentos efetuados por esta Corte na auditoria apreciada pelo Acórdão 3072/2016-TCU-Plenário (rel. Ministro José Múcio Monteiro), cujas determinações serão monitoradas em processo específico.

8. Quanto ao cálculo do bônus de assinatura, adotou-se metodologia similar à empregada na 13ª Rodada de Licitações e já apreciada por esta Corte, a teor do Acórdão 2063/2015-TCU-Plenário (rel. Ministro José Múcio Monteiro). Já a estimativa do programa exploratório mínimo buscou assegurar que seja suficiente para mapear estrutura favorável à perfuração.

9. No que tange à documentação afeta ao segundo estágio, a unidade instrutiva apontou a ocorrência de descumprimento do prazo constante do art. 8º, inciso II, da IN-TCU 27/1998, sem que houvesse prejuízo às análises efetuadas, o que justifica a proposta de dar ciência do ocorrido à ANP.

10. Quanto ao resultado do certame, a SeinfraPetróleo relata que foram arrematados 37 blocos e o somatório de bônus de assinatura alcançou R$ 3.842.775.506,02, o que representou ágio de 1.556,05% em relação à estimativa de bônus mínimo para referidos blocos. Demais disso, o total de investimentos mínimos ofertados totalizou R$ 845.631.000,00.

11. Concluo, portanto, em conformidade com os exames ora efetuados, que foram atendidos os requisitos formais do primeiro, do segundo e do terceiro estágios desta desestatização pelo Poder Concedente.

 Ante o exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 1 de agosto de 2018.

AROLDO CEDRAZ

Relator

ACÓRDÃO Nº 1761/2018 – TCU – Plenário

1. Processo TC 014.324/2017-2.

2. Grupo I – Classe de Assunto: VII – Desestatização.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de desestatização referente à 14ª Rodada de Licitações para a outorga de contratos de concessão para atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

 9.1. com fundamento no art. 258, inciso II, do Regimento Interno do TCU, considerar que, sob o ponto de vista formal, foram atendidos os requisitos do primeiro, do segundo e do terceiro estágios da outorga previstos no art. 7º, incisos I, II e III, e no art. 8º, incisos I, e III, da Instrução Normativa TCU 27/1998;

 9.2. dar ciência à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP que o encaminhamento do edital de licitação, acompanhado da minuta do contrato, em prazo superior a cinco dias da publicação dos instrumentos licitatórios contrariou o disposto no art. 8°, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa-TCU 27/1998;

 9.3. encaminhar cópia desta deliberação ao Conselho Nacional de Política Energética, ao Ministério de Minas e Energia e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

9.4. restituir os autos à SeinfraPetróleo para que dê seguimento ao exame de mérito do quarto estágio de que tratam o art. 7º, inciso IV, e o art. 8º, inciso IV, da Instrução Normativa-TCU 27/1998.

10. Ata n° 29/2018 – Plenário.

11. Data da Sessão: 1/8/2018 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1761-29/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

|  |  |
| --- | --- |
| (Assinado Eletronicamente)RAIMUNDO CARREIRO | (Assinado Eletronicamente)AROLDO CEDRAZ |
| Presidente | Relator |

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Procuradora-Geral